

Estamos na primeira edição do Jornada Lagoa Juparanã. Seu propósito é informar e prestar contas sobre o processo de reparação e compensação dos danos do rompimento da barragem de Fundão. Além de impresso, este boletim está disponível no site da Fundação Renova. **Leia e compartilhe.**



Ninguém é invisível

Com a rompimento da barragem de Fundão, a Justiça determinou a construção de um barramento temporário no rio Pequeno para impedir que as águas do rio Doce tivessem contato com as da lagoa Juparanã.

Por causa das fortes chuvas que caíram nos anos seguintes, a ocorrência de alagamentos - que são comuns na região - foi agravada. Sem o devido escoamento, a água acumulada invadiu casas, sítios e fazendas de Patrimônio da Lagoa, em Sooretama.

A rotina dos quase 600 moradores foi alterada devido às cheias. Algumas famílias foram informadas sobre danos estruturais em seus imóveis e atendidas em moradias temporárias na cidade. As áreas de lazer, convivência e prática esportiva também foram prejudicadas.

Os alagamentos causaram outros aborrecimentos e transtornos, como a proliferação de mosquitos, danos a vias de acesso, quintais e terrenos e, principalmente, impactos na renda da população, que vivia da pesca, do comércio, do turismo e da agropecuária.

“Fui tirada da minha casa por causa das rachaduras que estavam até estalando. Hoje moro de aluguel a 7 km de Patrimônio da Lagoa, não tenho a mesma privacidade e preciso sair às 4 da manhã para trabalhar de tão longe que é. Não sei se um dia vou voltar pra casa. Sou pescadora, minha vida era na água. Eu ficava acampada nas margens da lagoa de segunda a sexta-feira. Agora, se for esperar dinheiro de peixe, morro de fome. As coisas aqui estão péssimas! Acabou os peixes, as áreas de lazer... Tenho que tomar injeção toda semana para acalmar os nervos”.

Rosângela Pereira Correia, pescadora.

Os moradores de Patrimônio da Lagoa sentem que os problemas sociais da comunidade são historicamente invisíveis, mas vêm se articulando como um forte grupo para garantir seus direitos para a reparação dos danos pelo alagamento. As principais reivindicações para a Fundação Renova são o pagamento de indenizações e de auxílio financeiro emergencial, a retomada da atividade da pesca, a reparação das moradias e das áreas de lazer da comunidade.



Motivações para transformar

A reparação dos danos de Patrimônio da Lagoa vai muito além dos auxílios financeiros e indenizações. Estes pagamentos são importantes diante das perdas de cada um, mas sozinhos não solucionam as necessidades de toda a população.

É por isso que existem os demais 40 programas da Fundação Renova. De forma complementar e integrada, eles atuam junto a organizações públicas e privadas para reparar danos coletivos e desenvolver a comunidade a partir do que ela tem de melhor.

Uma das frentes de trabalho na região é a elaboração de um projeto para analisar o potencial de ecoturismo da foz do rio Doce. “Na perspectiva de uma reparação coletiva, a ideia é atuar com a estruturação de destinos turísticos,

a reparação da imagem dos locais atingidos, a divulgação dos destinos e a construção de políticas e equipamentos públicos com esse foco”, explica Felipe Moura, coordenador na Fundação Renova. “Este projeto se conectará com outros atrativos e a Juparanã está sendo estudada como um deles”.

Além de ser uma alternativa econômica, o turismo tem potencial para ser um agente de transformação social a partir da criação de novos negócios, a expansão dos que existem, do estímulo ao lazer, ao entretenimento e à qualificação da mão de obra local.

E quem se beneficia com tudo isso? A própria população local, com mais oportunidades e qualidade de vida. É nisso que a gente acredita.



Nas próximas edições, vamos divulgar outras reparações coletivas previstas para a lagoa Juparanã.

Fique ligado!

Conhecendo o universo da pesca

Precificar a produção dos pescadores: um trabalho para ser feito juntos

A Fundação Renova tem se reunido com os moradores para construir e consolidar políticas de indenização para a pesca. Com os danos causados pelos alagamentos na região, os pescadores comerciais de Patrimônio da Lagoa tiveram a sua atividade severamente impactada.

Sem referência anterior ao rompimento da barragem de Fundão e a partir de uma solicitação da Defensoria Pública do Espírito Santo e da comunidade, a Renova iniciou um trabalho de construção participativa para entender como era a rotina e características da atividade da pesca comercial local.

Construção coletiva

Oficinas foram promovidas para identificar grupos de pescadores, conhecer como eles trabalhavam, os apetrechos, os tipos de pescado da região e o quantitativo estimado e autodeclarado de produção pesqueira. “Foi uma oportunidade para levantarmos com eles dados de produção devido à carência de informações sobre a pesca e sua produção anterior ao rompimento”, explica Fernando Júnior, analista da Fundação Renova.

Pesca acampada

A pesca é uma prática de importância social e econômica para as famílias. Os pescadores locais vivem, em sua maior parte, da pesca acampada. “Eles ficam acampados em ilhas e margens da lagoa Juparanã por aproximadamente uma semana”, comenta Fernando.

Com a diminuição gradual na quantidade de pescado na lagoa ao longo dos últimos anos, conforme informações levantadas nas oficinas, e o aumento das despesas, um dos pontos mais discutido foi a resiliência do grupo dos pescadores em tentar manter sua atividade.

Próximos passos

A Fundação Renova concluiu as oficinas de precificação em agosto de 2019 e os dados estão em análise pelo Programa de Indenização Mediada (PIM). Com essas informações, foi possível estimar a produção para subsidiar a proposta de indenização. “Essa análise é muitas vezes morosa, pois estamos lidando com uma região carente de informação sobre a atividade pesqueira, um território complexo devido a outros impactos ocorridos, também pelo barramento e o ambiente de informalidade”, diz Fernando.

Apesar da demora, o analista ressaltou que a participação dos pescadores nas oficinas foi fundamental para dar mais agilidade ao processo. “Normalmente, as discussões de precificação se prolongam por cerca de um ano e meio, como ocorreu com os camaroeiros da Enseada do Suá, em Vitória. Aqui, mesmo com todas as dificuldades, conseguimos fazer no tempo recorde de três meses”, afirma.



Segurança em primeiro lugar

Famílias que tiveram seus imóveis atingidos pelas cheias estão em moradias temporárias custeadas pela Renova.

Durante as cheias da lagoa Juparanã, algumas casas de Patrimônio da Lagoa foram invadidas pela água, causando danos em imóveis e desconforto aos moradores. A Fundação Renova realizou vistorias nas casas atingidas até setembro de 2019 e os resultados, aprovados pela Defesa Civil de Sooretama, indicaram a necessidade de interdição de certas residências. Algumas moradias terão de passar por intervenções físicas para reduzir riscos e manter a segurança do imóvel.

Depois que a Defesa Civil emitiu os ofícios de interdição, a Fundação Renova começou a remoção de 19 famílias para moradias temporárias. Inicialmente, elas puderam optar por ficar em hotel no município, em casa de amigos, parentes ou outra alternativa segura até que escolhessem um imóvel provisório que atendesse às suas necessidades.

O aluguel do novo imóvel poderia ser realizado pela Renova ou por conta do próprio morador, neste caso mediante ajuda de custo mensal da Fundação para despesas com moradia, transporte diário, contas de água, luz e telefone.

Uma taxa única também foi oferecida para gastos com transferência de internet, de telefonia, de TV por assinatura, além de instalação de equipamentos. Contudo, as famílias continuam responsáveis pelas demais despesas da casa, inclusive a alimentação, assim como faziam em suas residências.

A Fundação trabalha para garantir que a rotina das pessoas seja preservada, buscando que familiares e vizinhos fiquem próximos uns dos outros, quando possível. Durante todo o tempo em que estiverem em moradias temporárias, as famílias serão acompanhadas de perto pela equipe de Diálogo e Desenvolvimento Social e por profissionais que avaliem as condições dos imóveis, por meio de vistorias, intervenções e monitoramento da evolução dos danos estruturais.

Quanto tempo os moradores ficarão fora de casa?

O prazo é indeterminado. Profissionais especializados estão fazendo o levantamento caso a caso das condições das residências. Todas as reformas para garantir a segurança dos imóveis serão custeadas pela Renova após discutidas com as famílias e aprovadas por elas, com total respeito às recomendações técnicas. A reparação também terá participação da Defensoria Pública e do Poder Público local.



Quer falar com a Fundação Renova?

Acesse fundacaorenova.org/fale-conosco
Ligue para 0800 031 2303
Procure um Centro de Informação e Atendimento (CIA)

Faça uma denúncia sem se identificar:

Acesse: canalconfidencial.com.br/fundacaorenova
Ligue para 0800 721 0717

Versão acessível



#pracegover
#pratodosverem